

Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone +55 (92) 2123-2350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Gera Amazonas – Geradora de Energia do Amazonas S/A
Manaus – AM**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Gera Amazonas – Geradora de Energia do Amazonas S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gera Amazonas – Geradora de Energia do Amazonas S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva



Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte em um contrato de fornecimento de energia com o seu cliente, Centrais Elétricas do Norte S/A (“Eletronorte”), cujo acordo contém arrendamento mercantil, devido as seguintes características, dentro outras: o ativo está explicitamente identificado no contrato e será transferido ao cliente ao final do contrato; a Companhia não tem o direito de fornecer energia a terceiros e, se tiver a capacidade de fazê-lo não é substancialmente o total geral; a instalação atende apenas as necessidades do cliente. Se o contrato tivesse sido contabilizado de acordo com o Pronunciamento contábil CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil e da Interpretação ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos não existirem outros assuntos avaliados como principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-AM

Tiago dos Santos Lima
Contador CRC 1SP-268549/O-6

Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	58.672	18.560	Fornecedores	16	1.967	1.891
Contas a receber de cliente	8	36.684	37.430	Debêntures	17	49.367	69.713
Despesas antecipadas		3.614	1.173	Obrigações trabalhistas		572	592
Estoques	9	12.024	12.092	Obrigações tributárias	18	5.991	4.416
Impostos e contribuições a recuperar	10	1.521	16.630	Imposto de renda e contribuição social	19	5.418	784
Subvenção para custeio a receber da CCC	11a	25.606	40.070	Adiantamentos de CCC		5.438	5.438
Outras contas a receber	12	569	290	Dividendos a pagar	21	12.817	2.173
Aplicação financeira vinculada	13	14.457	-	Pesquisa e desenvolvimento - P&D		1.914	1.394
				Arrendamento		1.087	1.018
Total do circulante		<u>153.147</u>	<u>126.245</u>	Subvenção para custeio da aquisição de imobilizado a transcorrer	11b	10.593	10.593
				Outras contas a pagar		4.151	3.537
				Total do circulante		<u>99.315</u>	<u>101.549</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social			
Aplicação financeira vinculada	13	-	16.346	Debêntures	17	-	43.387
Adiantamento a fornecedores		1.494	1.494	Arrendamento		1.059	2.144
Impostos e contribuições a recuperar	10	-	1.301	Subvenção para custeio da aquisição de imobilizado a transcorrer	11b	64.063	74.658
Depósitos judiciais		-	66	Total do não circulante		<u>67.681</u>	<u>122.806</u>
Subvenção para custeio a receber da CCC	11a	-	13.496	Total do passivo		<u>166.996</u>	<u>224.355</u>
Total realizável a longo prazo		<u>1.494</u>	<u>32.703</u>	Patrimônio líquido	21		
				Capital social		50.963	50.963
Imobilizado	14	205.561	230.811	Reservas de lucros		128.615	107.468
Intangível		308	209	Dividendo adicional proposto		13.936	7.182
Total do não circulante		<u>207.363</u>	<u>263.723</u>	Total do patrimônio líquido		<u>193.514</u>	<u>165.613</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>360.510</u>	<u>389.968</u>
Total do ativo		<u>360.510</u>	<u>389.968</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	22	165.284	161.028
Custo das vendas	23	<u>(50.929)</u>	<u>(58.286)</u>
Lucro bruto		114.355	102.742
Outras receitas operacionais líquidas	24	9.867	12.811
Despesas gerais e administrativas	25	(9.962)	(7.995)
Despesas tributárias		<u>(1.391)</u>	<u>(670)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		112.869	106.888
Receitas financeiras	26	20.700	4.831
Despesas financeiras	26	<u>(8.893)</u>	<u>(16.404)</u>
Resultado financeiro, líquido	26	<u>11.807</u>	<u>(11.573)</u>
Lucro antes dos impostos		124.676	95.315
Imposto de renda e contribuição social	27	(42.778)	(30.800)
Incentivo fiscal do imposto de renda	27	<u>21.147</u>	<u>17.043</u>
		(21.631)	(13.757)
Lucro líquido do exercício		<u>103.045</u>	<u>81.558</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		<u>2.328,23</u>	<u>1.842,74</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	103.045	81.558
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>103.045</u></u>	<u><u>81.558</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais				Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		50.963	10.192	80.233	90.425	-	13.378	154.766
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	81.558	-	81.558
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(13.378)	(13.378)
Incentivo fiscal do imposto de renda		-	-	17.043	17.043	(17.043)	-	-
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	(57.333)	-	(57.333)
Dividendo adicional		-	-	-	-	(7.182)	7.182	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		50.963	10.192	97.276	107.468	-	7.182	165.613
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	103.045	-	103.045
Distribuição de dividendos	21c	-	-	-	-	-	(7.182)	(7.182)
Incentivo fiscal do imposto de renda	21b	-	-	21.147	21.147	(21.147)	-	-
Antecipação de dividendos	21c	-	-	-	-	(67.962)	-	(67.962)
Dividendo adicional	21c	-	-	-	-	(13.936)	13.936	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		50.963	10.192	118.423	128.615	-	13.936	193.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		103.045	81.558
Ajustes para:			
Depreciação	14	18.200	18.079
Amortização		91	62
Rendimentos de aplicação financeira vinculada	13	(2.205)	(1.735)
Juros sobre debêntures	17	8.298	15.719
IPCA sobre reembolsos de sub-rogação CCC	26	(14.458)	-
Imposto de renda e contribuição social e incentivo fiscal do imposto de renda	27	21.631	13.757
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber de clientes		746	(787)
Despesas antecipadas		(2.441)	2.784
Estoques		68	270
Impostos e contribuições a recuperar		16.410	9.514
Outras contas a receber, depósitos judiciais e adiantamentos a fornecedores		(213)	27
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		76	(4.080)
Obrigações trabalhistas		(20)	54
Obrigações tributárias		1.575	(993)
Adiantamento CCC		-	108
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		520	439
Outras contas a pagar e arrendamentos		(402)	(1.590)
Subvenção para custeio recebida	11a	42.418	42.570
Impostos pagos sobre a receita de subvenção	11c	(980)	(1.007)
Juros sobre debêntures pagos	17	(8.298)	(15.719)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.055)	(13.888)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		167.006	145.142
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Resgate de aplicação financeira vinculada	13	4.094	401
Aquisição de imobilizado	14	(2.564)	(3.133)
Aquisição de intangível		(191)	(65)
Caixa líquido decorrente (usado nas) atividades de investimento		1.339	(2.797)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures	17	(63.733)	(51.373)
Dividendos pagos	21	(64.500)	(85.176)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(128.233)	(136.549)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		40.112	5.796
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	18.560	12.764
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	58.672	18.560
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		40.112	5.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A (“Companhia”) foi constituída em 28 de março de 2005, sob a forma de uma sociedade anônima com finalidade específica, com sede à Rua Comendador Gutemberg Barbosa, nº 2, Bairro Ponta Negra, no município de Manaus, Estado do Amazonas.

A Companhia iniciou suas atividades comerciais em 15 de dezembro de 2006, e sua usina é constituída por cinco unidades moto geradoras. A partir de 2022, a potência instalada aumentou 7,46% (de 85,38MW para 91,75MW), influenciando em um aumento de 7,38% de eficiência (de 40,17% para 43,37%).

A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de uma usina termoeletrica, denominada UTE Ponta Negra (“Usina”) na cidade de Manaus no estado do Amazonas, para fornecer energia elétrica para a Amazonas Distribuidora de Energia S/A (“AmD”), anteriormente denominada Manaus Energia S/A (“MESA”), nos termos do Contrato OC-1821/2005 (“Contrato”), celebrado em 20 de maio de 2005, com vigência de 20 anos, na modalidade de Produtor Independente de Energia (“PIE”).

Em 3 de dezembro de 2018 o Contrato de Suprimento de Energia OC-1821/2005 foi cedido integralmente da AmD para Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A (“Amazonas GT”).

Em 1º de julho de 2021 a Amazonas GT cedeu integralmente o Contrato de Suprimento de Energia OC-1821/2005 para a Centrais Elétricas do Norte S/A (“Eletronorte”), nos termos das Cartas PRG - nº 039 e 051 emitidas pela Amazonas GT nos dias 04 e 29 de junho de 2021. Ressalta-se ainda, que a Eletronorte não poderia continuar como Garantidora do Contrato, razão pela qual a sua Garantia Corporativa foi substituída por uma Fiança Bancária equivalente a 2,5 vezes o faturamento máximo mensal da Companhia.

Conversão para gás natural

A conversão da Usina para gás natural contemplou: (i) Construção do ramal interno de recebimento de gás natural; (ii) Construção da casa dos compressores, incluindo obras civis, montagem eletromecânica e automação dos compressores de gás natural, transformadores de potência e demais auxiliares do sistema de gás natural como os sistemas de recebimento, filtragem, regulagem de pressão, medição e compressão do gás natural; e (iii) Conversão dos motores para gás natural, que contemplou processos de usinagem e adaptações mecânicas no motor, instalação dos sistemas de alimentação de gás natural e óleo de alta pressão para controle e selagem e atualização do sistema de controle (automação) do motor para o novo modo de operação.

A conversão teve os seguintes marcos principais:

- A conversão teve início em junho de 2009, o ramal de recebimento do gás natural, o sistema de compressão de gás natural e seus auxiliares foram comissionados em dezembro de 2010.
- Em janeiro de 2011 foi comissionado o primeiro motor com gás natural.

- De janeiro de 2011 até março de 2012, quando foram realizados os testes de aceitação de todos motores, a operação com gás natural era parcial, neste período a fração de operação com gás natural foi aumentando gradativamente a medida que as modificações eram implantadas até possibilitar a operação apenas no modo gás natural e óleo combustível, e em abril de 2012 a usina passou a operar com 94% de gás natural e 6% óleo combustível.
- Em 2022, a Companhia concluiu totalmente a Conversão SG (Spark-Gás) na usina, convertendo os motores GD (Gás-Diesel) W18V46GD para a configuração SG (Spark-Gás) na versão W18V50SG, onde passou a operar com 100% a gás natural. Os principais impactos dessa operação podem ser verificados na nota explicativa nº 14 – Imobilizado.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de fevereiro de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 15** - Arrendamento mercantil financeiro – CPC 06 (R2), que trata da determinação se um contrato contém um arrendamento;
- **Nota explicativa nº 22** - Receita operacional líquida - reconhecimento de receita: se a receita de energia fornecida é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; e
- **Nota explicativa nº 29** - Gestão de instrumentos financeiros – Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6.e.(iii)** – Imobilizado – Vida útil estimada do ativo;
- **Nota explicativa nº 20** – Processos judiciais – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 30 – Gestão de instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas substancialmente com base no custo histórico com exceção dos itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais, referente aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; e ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) **Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) **Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental.

(ii) **Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendadora**

A Companhia não possui subarrendamentos em que é uma arrendadora.

(c) **Contas a receber de clientes**

São registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Os impostos, quando retidos na fonte pelas entidades de economia mista e/ou públicas, são reconhecidos somente quando ocorre o recebimento do cliente, e são considerados créditos tributários.

Baseada nos contratos celebrados e no histórico com o cliente da Companhia, a Administração não espera ter perdas significativas nas suas contas a receber e, por isso, não constituiu provisão para redução ao valor recuperável.

(d) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores dos estoques contabilizados não excedem o valor realizável líquido.

Provisões de itens obsoletos de estoques

A Companhia avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício.

(e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, e considera preponderantemente o tempo de utilidade esperada do ativo para a entidade, que tem como base o prazo do contrato firmado com a Eletronorte e/ou o tempo de desgaste físico dos bens, dos dois o menor.

Anualmente a Companhia estuda e, se for o caso, atualiza a sua depreciação com base nas vidas úteis médias, seguindo a representatividade das adições ao imobilizado e o prazo de vigência do Contrato de Suprimento de Energia.

As taxas anuais de depreciação utilizadas pela Companhia em 2023 e 2022 são as seguintes:

Descrição	Taxa anual de depreciação
Edificações	4%
Motores e geradores	10%
Sistemas elétricos e mecânicos	10%
Partes e acessórios	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de conversão da usina para gás natural	10%
Obras de adequação ambiental	10%
Conversão da usina para configuração SG	10%
Computadores e periféricos	20%

(f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização que é calculada linearmente pelo período de 5 anos.

(g) Redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tal como imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “Unidade Geradora de Caixa” ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativos, são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(ii) Ativos financeiros

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.

(h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(i) Receita de contratos com clientes

O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Receita de venda de energia contratada por disponibilidade: referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina, sendo necessária a geração de 60 MW. A Companhia possui segurança jurídica em seu contrato junto ao seu cliente e não há expectativa de devoluções. A receita é reconhecida no momento em que se disponibiliza a energia contratada ao cliente, que representa o cumprimento da obrigação de performance previsto no contrato.

Receita de venda de energia fornecida: referente as receitas variáveis, reconhecida no resultado mensalmente, por meio de medições para apurar o volume de energia fornecido para a Eletronorte e Mercado de Curto Prazo - MCP. A receita de energia fornecida e os custos associados são reconhecidos pela entrega da energia gerada ao cliente.

(j) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

(k) Subvenção e assistência governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Veja detalhes na nota explicativa nº 6.m(ii).

(l) Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre fundos investidos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros sobre empréstimos e debêntures. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social reconhecidas no resultado compreendem os tributos correntes.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Incentivos fiscais (Subvenção e assistência governamental)

A instalação da usina na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de acordo com projetos aprovados pelas autoridades federais envolvidas, permite à Companhia usufruir de redução da base de cálculo do imposto de renda em 75% sobre o resultado operacional de operações incentivadas (lucro da exploração). Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	20.223	4.688
Aplicações financeiras de liquidez imediata	38.449	13.872
	58.672	18.560

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado a seguir:

Instituição financeira	Tipo de investimento	Taxa média de remuneração em relação ao CDI	2023	2022
Banco ABC Brasil S.A.	Operações compromissadas	100% (100% em 2022)	-	224
Banco BTG Pactual S.A.	Operações compromissadas	102% (102% em 2022)	38.449	13.648
			38.449	13.872

Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia sem quaisquer descontos ou multas. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 29.

8 Contas a receber de cliente

	2023	2022
Valores a vencer (a)	<u>36.684</u>	<u>37.430</u>

- (a) Os saldos relacionados a valores a vencer são referentes a receita de vendas de energia contratada por disponibilidade e receita de venda de energia fornecida. Não há títulos vencidos e com base no histórico de recebimentos a administração concluiu que não se faz necessário a constituição de provisão para perda de crédito ou perda esperada, visto que o contrato de fornecimento de energia é firmado diretamente com a Eletronorte e está garantido financeiramente por fiança bancária contratada pela Eletronorte, no valor equivalente a 2,5 vezes o faturamento mensal da Companhia. Atualmente está em vigor a carta de fiança nº 48043/22, emitida pelo Banco Daycoval S/A.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de cliente, está divulgada na nota explicativa nº 29.

9 Estoques

	2023	2022
Óleos combustíveis e lubrificantes	315	671
Materiais sobressalentes e de manutenção	<u>11.709</u>	<u>11.421</u>
	<u>12.024</u>	<u>12.092</u>

A Companhia registra as peças adquiridas para manutenção de motores, geradores, sistemas elétricos e mecânicos em conta de estoque de materiais sobressalentes e de manutenção. São aplicadas em manutenções preventivas e corretivas, conforme necessidade, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

A Companhia avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro.

10 Impostos e contribuições a recuperar

	2023	2022
COFINS a recuperar sobre exclusão do ICMS da base de cálculo	580	14.060
PIS a recuperar sobre exclusão do ICMS da base de cálculo	99	3.029
IRPJ e CSLL a compensar - base negativa	596	596
Outros impostos a compensar	<u>246</u>	<u>246</u>
	<u>1.521</u>	<u>17.931</u>
Circulante	1.521	16.630
Não circulante	-	1.301

11 Subvenção CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. Em 2022, a Companhia concluiu a conversão a gás dos motores, conforme divulgado na nota explicativa nº 14(a) e, de acordo com a Resolução Autorizativa nº 8.922 de junho de 2020, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de acordo com a sistemática preconizada na Resolução Normativa ANEEL nº 801, de 19 de dezembro de 2017, a Companhia obteve sub-rogação de R\$ 96.136.

a. Subvenção a receber

O montante sub-rogado, R\$ 96.136, será corrigido anualmente pelo IPCA, cujos recebimentos se iniciaram em 2022 e tem previsão para se encerrar em junho de 2024.

	2023	2022
Reconhecimento e saldo inicial	53.566	96.136
Atualização IPCA	14.458	-
Recebimentos financeiros no exercício	(42.418)	(42.570)
	25.606	53.566
Circulante	25.606	40.070
Não circulante	-	13.496

Para que os recebimentos ocorram, mensalmente a Companhia solicita o reembolso da sub-rogação diretamente no portal da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), anexando uma planilha padrão, contendo a energia gerada em MWh pela usina no mês de referência. As demais informações da planilha (margem de distribuição, preço médio OCA1, ICMS, etc.) são pré-estabelecidas pela CCEE.

b. Subvenção a transcorrer

Trata-se do saldo a transcorrer da sub-rogação da CCC, a ser reconhecido no resultado operacional da Companhia no decorrer dos próximos exercícios, na mesma proporção da depreciação dos ativos imobilizados diretamente relacionados à conversão da usina para configuração SG, conforme requerido pela norma contábil CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Demais detalhes na nota explicativas nº 14.

	2023	2022
Reconhecimento e saldo inicial	85.251	96.136
Apropriação da receita pelo custo com depreciação dos motores convertidos a gás	(10.595)	(10.885)
	74.656	85.251
Circulante	10.593	10.593
Não circulante	64.063	74.658

c. Receita de subvenção

A Companhia, amparada pelo CPC 7 – Subvenção e Assistências Governamentais, faz o reconhecimento da receita de subvenção por meio do custo com depreciação dos motores convertidos, cuja vida útil foi definida em 10 anos, acrescido dos tributos incidentes sobre a receita (PIS e COFINS). Demais detalhes na nota explicativas nº 24.

	2023	2022
Receita pelo custo com depreciação dos motores convertidos a gás	10.595	10.885
Tributos sobre receita de subvenção	(980)	(1.007)
	9.615	9.878

12 Outras contas a receber

	2023	2022
P&D – Tratamento de efluentes líquidos	356	210
P&D - Armazenamento de Energia Solar BESS (<i>Battery Energy Storage System</i>)	197	-
Projeto de gestão – P&D	-	34
Adiantamentos	16	46
	569	290

13 Aplicação financeira vinculada

A aplicação financeira é mantida junto a instituição financeira, como garantia/reserva para resgate das debêntures emitidas.

Movimentação do saldo de aplicação financeira vinculada ao longo do exercício

Modalidade de financiamento	2022	Juros auferidos	Aplicações e (resgates) efetuados	2023
Itaú Unibanco S.A. (a)	16.346	2.205	(4.094)	14.457

- (a) A Companhia mantém aplicação financeira junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., como garantia/reserva para resgate das debêntures simples da sua 3ª (terceira) emissão, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

14 Imobilizado

<i>Custo</i>	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Edificações	64.929	562	210	65.701
Motores e geradores	121.371	361	160	121.892
Sistemas elétricos e mecânicos	79.659	-	-	79.659
Partes e acessórios	8.493	-	-	8.493
Móveis e utensílios	534	19	-	553
Máquinas e equipamentos	2.178	16	-	2.194
Computadores e periféricos	504	50	-	554
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	73.567	-	-	73.567
Imobilizado em andamento - Obras de adequação ambiental	209	98	(210)	97
Máquinas e equipamentos de conversão para configuração SG (a)	120.233	177	-	120.410
Partes e peças para manutenção 12k - SG	-	1.281	(160)	1.121
Ativo de direito de uso	5.766	-	-	5.766
	477.443	2.564	-	480.007
<i>Depreciação acumulada</i>				
Edificações	(43.511)	(993)	-	(44.504)
Motores e geradores	(65.563)	(7.703)	-	(73.266)
Sistemas elétricos e mecânicos	(60.689)	(2.710)	-	(63.399)
Partes e acessórios	(6.065)	(347)	-	(6.412)
Móveis e utensílios	(346)	(26)	-	(372)
Máquinas e equipamentos	(1.486)	(104)	-	(1.590)
Computadores e periféricos	(372)	(45)	-	(417)
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	(53.440)	(2.875)	-	(56.315)
Máquinas e equipamentos de conversão p/configuração SG (b)	(12.238)	(12.036)	-	(24.274)
Ativo de direito de uso	(2.922)	(975)	-	(3.897)
	(246.632)	(27.814)	-	(274.446)
Imobilizado líquido	230.811	(25.250)	-	205.561

<i>Custo</i>	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022
Edificações	64.928	1	64.929
Motores e geradores	121.198	173	121.371
Sistemas elétricos e mecânicos	79.659	-	79.659
Partes e acessórios	8.493	-	8.493
Móveis e utensílios	489	45	534
Máquinas e equipamentos	2.162	16	2.178
Computadores e periféricos	503	1	504
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	73.567	-	73.567
Obras de adequação ambiental	173	36	209
Máquinas e equipamentos de conversão para configuração SG (a)	117.372	2.861	120.233
Ativo de direito de uso	5.766	-	5.766
	474.310	3.133	477.443

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022
Depreciação acumulada			
Edificações	(42.537)	(974)	(43.511)
Motores e geradores	(57.887)	(7.676)	(65.563)
Sistemas elétricos e mecânicos	(57.979)	(2.710)	(60.689)
Partes e acessórios	(5.718)	(347)	(6.065)
Móveis e utensílios	(323)	(23)	(346)
Máquinas e equipamentos	(1.380)	(106)	(1.486)
Computadores e periféricos	(338)	(34)	(372)
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	(50.565)	(2.875)	(53.440)
Máquinas e equipamentos de conversão para configuração SG (b)	-	(12.238)	(12.238)
Ativo de direito de uso	(1.948)	(974)	(2.922)
	<u>(218.675)</u>	<u>(27.957)</u>	<u>(246.632)</u>
Imobilizado líquido	<u>255.635</u>	<u>(24.824)</u>	<u>230.811</u>

- (a) Trata-se da aquisição de R\$ 101.387 de partes e peças dos motores e equipamentos e materiais dos sistemas auxiliares; R\$ 18.119 de serviços de instalação e montagem dos motores; e R\$ 904 de seguros de risco de engenharia, ambos aplicados na conversão de combustível da usina, para configuração SG (Spark-Gás), movida 100% a Gás Natural. A Conversão SG da usina converteu os motores GD (Gás-Diesel) W18V46GD para a configuração SG na versão W18V50SG.

Na configuração GD a usina consumia simultaneamente Gás Natural e óleo Combustível em ciclo Diesel, com a conversão, a usina passou a operar na configuração SG, consumindo unicamente gás natural em ciclo Otto, com ignição por vela, de forma que o óleo combustível OCA1 deixou de ser utilizado.

Entre os benefícios da conversão, destaca-se o aumento de 7,46% de potência instalada (de 85,38MW para 91,75MW), o aumento de 7,38% de eficiência (de 40,17% para 43,37%), a redução significativa das emissões atmosféricas e a renovação dos motores, cuja contagem de horas de operação foi reiniciada a partir do zero, prolongando significativamente sua vida útil.

A Companhia concluiu as adequações dos sistemas comuns e a conversão de todos os motores para configuração SG, sendo: (i) Motor “GG03” concluído em 23 de setembro de 2021; (ii) Motor “GG05” concluído em 9 de novembro de 2021; (iii) Motor “GG04” concluído em 17 de dezembro de 2021; (iv) Motor “GG02” concluído em 16 de fevereiro de 2022; e o (v) Motor “GG01” concluído em 25 de março de 2022.

- (b) Desse montante, R\$ 9.615 (R\$ 9.878 em 2022) se refere a parte da depreciação dos itens enquadrados pela sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, relativo à conversão de combustíveis.

A Companhia entende que a prática contábil de valorizar os bens do ativo imobilizado pelo custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é a que melhor representa o valor dos seus ativos imobilizados.

15 Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia é signatária do contrato OC-1821/2005 com a AmD, firmado em 20 de maio de 2005 com vigência de 20 anos, na modalidade de Produtor Independente de Energia (“PIE”). O contrato foi cedido para Amazonas GT em 3 de dezembro de 2018 e em 1º de julho de 2021 cedido integralmente para a Centrais Elétricas do Norte S/A (“Eletronorte”), cujo objeto é o suprimento de energia pela Companhia à Eletronorte, na frequência de 60 Hz, para o mercado da Eletronorte, nas modalidades de potência contratada, energia fornecida e reembolso de combustível.

O contrato estabelece que, ao término de sua vigência, após vinte anos contados da data de sua assinatura e, após cumprimento de todas as condições e obrigações contratuais pelas partes, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.

Este contrato obedeceu a todas as formalidades legais e fiscais vigentes à época de sua assinatura, constituindo-se em ato jurídico perfeito. Também foi submetido à avaliação das autoridades reguladoras do setor elétrico, bem como dos bancos e agências financiadoras, que comprovaram sua adequação às normas regulamentares, bancárias, fiscais e contábeis vigentes àquela época.

Em vista do normativo contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos, bem como da ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, que introduziram novos conceitos para entendimento de contratos com determinadas características, diante deste cenário, a Companhia realizou detalhada análise da natureza jurídica e contábil desse pacto comercial, notadamente para identificar se estaria obrigada ao cumprimento do CPC 06 (R2), que versa sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro.

De acordo com o pronunciamento CPC 06 (R2) e ICPC 03, “uma entidade pode celebrar um acordo, incluindo uma transação ou uma série de transações relacionadas, que não tenha a forma legal de arrendamento, mas transfere o direito de usar um ativo (por exemplo, item do imobilizado) em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos. Os exemplos de acordos em que a entidade (fornecedor) pode transferir esse direito de usar um ativo à outra entidade (comprador), (...)”.

Ainda de acordo com esses pronunciamentos contábeis, “a determinação sobre se um acordo é, ou contém, arrendamento mercantil, deve estar baseada na essência do acordo e exige uma avaliação se: “...

- a. O cumprimento do acordo depende do uso de ativo ou ativos específicos (o ativo); e
- b. O acordo transfere o direito de usar o ativo.”

Como resultado desta criteriosa avaliação, a Companhia entende que o contrato possui somente características de suprimento de energia elétrica firmado com a Eletronorte, e não possui característica de arrendamento conforme definido pelo CPC 06 (R2), considerando os aspectos abaixo:

- Cumprimento do contrato “não depende do uso do ativo específico”;
- A Eletronorte não tem “a capacidade ou o direito de operar, acessar ou direito de controlar o ativo ou de comandar outros a operar o ativo”;
- O próprio contrato de suprimento estabelece em sua cláusula 18 que a Companhia é a “responsável pelo “Empreendimento”, cabendo-lhe, às suas custas, projetar, construir, segurar, operar, manter e realizar todas as operações”;
- A Eletronorte não tem o direito de “obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo”; e
- As transações de compra e venda de energia estão sujeitas a regimes fiscais completamente diferentes de uma operação de arrendamento mercantil/leasing, e a adoção de um regime fiscal diferente colocaria a Companhia diante de um risco tributário de grandes proporções.

16 Fornecedores

	2023	2022
Vibra Energia S.A.	-	429
Wartsila Brasil Ltda.	742	1.150
Wartsila Switzerland Ltd.	896	-
Outros	329	312
	1.967	1.891

Até 2022 a Companhia contabilizou glosas à Vibra Energia S.A., que eram diferenças no fornecimento do combustível apuradas entre as medições reconhecidas pela Companhia e o valor cobrado pela Vibra Energia. Desde dezembro de 2007 haviam divergências entre a Vibra Energia e a Companhia sobre a medição do volume do combustível fornecido. Nesse sentido, para fins especiais de composição amigável, em 29 de julho de 2022, a Companhia pagou R\$ 2.000 à Vibra Energia S/A a título de indenização contratual, liquidando integralmente o passivo relacionado aos volumes glosados ao longo de toda a vigência contratual, nos termos do Distrato do Contrato de Compra e Venda de 30 de junho de 2022 entre a Companhia e Vibra Energia S/A.

17 Debêntures

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures ITAÚ - GAMZ13 (a)	49.367	-	69.713	43.387

- (a) Em 10 de novembro de 2020, a Companhia emitiu sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, no valor de R\$ 190.000, realizada mediante distribuição pública com esforços restritos, através da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (agente fiduciário). A totalidade dos recursos foi liberada pelo Banco Itaú BBA S/A, em 25 de novembro de 2020, através da emissão de 190.000 (cento e noventa mil) debêntures.

Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão das debêntures foram utilizados para (i) realização de investimentos voltados à conversão dos motores da usina térmica a óleo e a gás, com objetivo de obter geração de energia 100% a gás natural; e (ii) a quitação integral da Cédula de Crédito Bancária nº 101120090003700, celebrada junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. no dia 24 de setembro de 2020.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação mensal positiva do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a primeira data de integralização até a data da integral liquidação, acrescido de juros de 4,90% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização ou a data de aniversário imediatamente anterior, conforme o caso, até data do efetivo pagamento.

A amortização das debêntures deve ocorrer em 48 meses, contados da data de emissão, sendo que o primeiro pagamento foi realizado no dia 15 de dezembro de 2020 e a data do último pagamento deve ocorrer em 15 de novembro de 2024, ressalvada a eventual declaração de vencimento antecipado, resgate antecipado facultativo total e a oferta de resgate antecipado total das debêntures. Em cada ocasião do vencimento, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das debêntures pelo saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração devida, calculada na forma prevista na escritura de emissão.

Em garantia do pontual e integral cumprimento das obrigações garantidas, foram constituídas, em favor dos debenturistas, as seguintes garantias reais, que deverão perdurar até o completo e efetivo cumprimento de todas as obrigações garantidas, nos termos da Escritura Particular da 3ª emissão de Debêntures:

- i) Alienação Fiduciária de Ações, constituída nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- ii) Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos, constituída nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos; e
- iii) Cessão Fiduciária, constituída nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

Para também garantir essa dívida, a Companhia possui aplicação financeira vinculada junto ao Banco Itaú Unibanco S/A, a título de reserva de garantia, no valor de R\$ 14.457 (R\$ 16.346 em 2022), conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados na Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples e no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direito Creditório em Garantias e Outras Avenças.

Movimentação no saldo de debêntures ao longo do exercício (circulante e não circulante):

Tipo	2022	Juros incorridos	Juros pagos	Principal pago	2023
ITAÚ – GAMZ13	<u>113.100</u>	<u>8.298</u>	<u>(8.298)</u>	<u>(63.733)</u>	<u>49.367</u>

18 Obrigações tributárias

	2023	2022
ICMS a pagar	3.681	3.285
PIS a pagar	314	108
COFINS a pagar	1.593	575
INSS	122	159
ISS	62	77
PIS, COFINS e CSLL - Lei nº 10.833	56	74
Imposto de renda retido na fonte sobre salários	121	68
Imposto de renda retido na fonte sobre serviços e aluguel	18	25
ICMS sobre importação	24	45
	<u>5.991</u>	<u>4.416</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
IRPJ a recolher	4.371	1.115
CSLL a recolher	3.606	2.286
	<u>7.977</u>	<u>3.401</u>
Circulante	5.418	784
Não circulante (a)	2.559	2.617

- (a) Trata-se da apropriação do IRPJ e CSLL incidentes sobre a receita de créditos tributários de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, referente ao período de março de 2017 a agosto de 2021. A Companhia possui sentença favorável no Mandado de Segurança impetrado em relação a suspensão da exigibilidade do IRPJ e da CSLL atrelados aos créditos decorrentes da retificação da inclusão indevida do ICMS na base das contribuições ao PIS/COFINS, até a homologação das declarações de compensação e/ou deferimento dos pedidos de restituição pela RFB (Receita Federal do Brasil).

Os saldos de IRPJ e CSLL de R\$ 2.559 (R\$ 2.617 em 2022) apresentados no passivo não circulante, estão diferidos conforme art. nº 480 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/2018). Esses tributos serão recolhidos pela Companhia no momento em que a RFB efetivamente reconhecer o direito creditório dos valores a recuperar de PIS e COFINS (pagamento a maior).

20 Processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, acredita que as defesas contra as ações serão bem sucedidas e não espera incorrer perdas potenciais na resolução dessas contingências, concluiu não ser necessário constituir provisão para cobrir perdas com as ações em curso.

A Companhia não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Companhia também é parte em outros processos tributários que tramitam em esfera judicial relacionados a autos de infrações: (i) lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ/AM), relacionados ao pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no montante de R\$ 1.346 (R\$ 2.537 em 2022); e (ii) lavrado pela Secretaria Municipal de Finanças de Manaus (SEMEF) relacionados ao Imposto sobre Serviços Retidos na Fonte (ISS RF), no montante de R\$ 772 (R\$ 690 em 2022).

A Administração não constituiu provisão com base na avaliação de perda possível feita pelos seus assessores jurídicos e não é necessária provisão nessa circunstância, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Conforme AGE realizada em 29 de setembro de 2020, a acionista aprovou a conversão de 22.129.613 ações preferenciais de classe A em 22.129.613 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando, o capital social da Companhia a ser dividido apenas em ações ordinárias de uma única classe e tipo.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado, subscrito e integralizado, era de R\$ 50.963, representado por 44.259.226 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia tem a seguinte composição:

Acionista	Quantidade de ações
BTG Pactual Holding Participações S.A. (a)	<u>44.259.226</u>

- (a) Em 24 de março de 2023, as ações ordinárias da Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia sobre a Companhia foram transferidas integralmente para a acionista BTG Pactual Holding Participações S.A., conforme Termo de Transferência de Ações nº. 20 assinado na referida data.

O BTG Pactual Holding Participações S.A. é a única acionista da Companhia.

(b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada final de exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia não constituiu reserva legal, por ter atingido o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais do imposto de renda

Por estar situada na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração de resultados. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 21.147 (R\$ 17.043 em 2022) para reserva de incentivos fiscais, referente ao incentivo fiscal do imposto de renda.

(c) Dividendos e JCP (Juros sobre Capital Próprio) / Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. nº 202 da Lei nº. 6.404/76. A Administração usualmente propõe dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 25%, para futura deliberação dos acionistas em assembleia geral.

Em 30 de março de 2023, conforme deliberação em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a destinação de lucros apurados em 31 de dezembro de 2022, R\$ 64.515 a título de dividendos e JCP, esse valor contempla as distribuições intermediárias de dividendos e JCP ocorridas ao longo de 2022, que somam o montante de R\$ 55.160, conforme deliberações do Conselho de Administração realizadas em 25 de maio, 15 de julho e 20 de outubro de 2022 e mais R\$ 7.182 referente à parcela de lucro que excedeu ao dividendo mínimo obrigatório e mantido como dividendo adicional proposto, e R\$ 2.173 de JCP, ambos em 31 de dezembro de 2022.

No mês de abril de 2023, a Companhia pagou integralmente o saldo de dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 9.355, sendo (i) R\$ 2.173 referente ao saldo de JCP a pagar existente no encerramento do exercício; e (ii) R\$ 7.182 referente ao dividendo adicional proposto, ambos deliberados em Assembleia Geral Ordinária.

Adicionalmente, em 31 de março, 18 de outubro e 07 de dezembro de 2023, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, as apropriações de dividendos intermediários no montante de R\$ 67.962, sendo pagos (i) R\$ 30.000 em abril, (ii) R\$ 15.000 em junho, (iii) R\$ 10.145 em novembro de 2023 e o restante, R\$ 12.817, serão pagos em 2024, conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

Conciliação dos valores pagos a título de dividendos no exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.173	16.638
Dividendos e JCP propostos/aprovados		
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior aprovados no período	7.182	13.377
Dividendos e JCP propostos	<u>67.962</u>	<u>57.333</u>
	<u>75.144</u>	<u>70.710</u>
Pagamentos efetuados		
Dividendos e JCP propostos do exercício anterior	(2.173)	(16.637)
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior aprovados no período	(7.182)	(13.378)
Antecipação de dividendos intermediários e JCP do período	<u>(55.145)</u>	<u>(55.160)</u>
	<u>(64.500)</u>	<u>(85.175)</u>
Saldo final	<u>12.817</u>	<u>2.173</u>

O cálculo dos dividendos propostos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentado abaixo:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	103.045	81.558
Incentivo fiscal do imposto de renda	<u>(21.147)</u>	<u>(17.043)</u>
Base de cálculo	<u>81.898</u>	<u>64.515</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	20.475	16.129
Dividendos adicionais	<u>47.487</u>	<u>41.204</u>
Total de dividendos e JCP no exercício	<u>67.962</u>	<u>57.333</u>

(d) Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela de lucro que excedeu ao dividendo mínimo obrigatório, ainda não distribuído, determinado no estatuto social da Companhia. Foi mantido o montante de R\$ 13.936 em conta específica de dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva dos acionistas.

22 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita operacional bruta		
Receita com potência garantida/contratada	179.916	179.075
Receita de energia fornecida – Operação e Manutenção (O&M)	45.727	46.137
Energia variável - Mercado de Curto Prazo (MCP)	<u>521</u>	<u>922</u>
	<u>226.164</u>	<u>226.134</u>
Deduções		
ICMS (a)	(44.033)	(48.693)
PIS	(3.005)	(2.928)
COFINS	<u>(13.842)</u>	<u>(13.485)</u>
	<u>(60.880)</u>	<u>(65.106)</u>
	<u>165.284</u>	<u>161.028</u>

- (a) Em decorrência da alteração da alíquota do ICMS para operações de energia elétrica pelo Decreto nº 45.973, de 5 de julho de 2022, a partir de 1º de julho de 2022 a Companhia passou a utilizar alíquota de 18% de ICMS sobre as notas fiscais de fornecimento de energia elétrica. Por conseguinte, em 29 de dezembro de 2022 o Estado do Amazonas publicou a Lei Complementar nº. 242/2022 majorando a alíquota interna (modal) do ICMS 18% para 20%, com vigência a partir do mês de abril de 2023. Nesse sentido, em virtude da alteração da alíquota, a partir de 1º de abril de 2023 a Companhia passou a utilizar alíquota de 20% de ICMS sobre as notas fiscais de fornecimento de energia elétrica.

23 Custo das vendas

	2023	2022
Depreciação e amortização	(27.667)	(27.660)
Gerenciamento da usina - serviços de operação e manutenção	(11.604)	(15.070)
Custos com manutenção, tancagem, interligação e seguros (a)	(6.963)	(5.527)
Combustível	(2.017)	(4.142)
Mão de obra direta	(1.631)	(1.730)
Outros (b)	(1.047)	(4.157)
	(50.929)	(58.286)

- (a) Trata-se dos custos com manutenção dos motores, tancagem, interligação – SIN e seguros da usina.
- (b) Em 2022 a Companhia pagou o montante de R\$ 3.000, referente a indenização pela rescisão antecipada do contrato assinado em 3 de fevereiro de 2006 com a Vibra Energia S/A e reembolso das respectivas despesas de desmobilização dos equipamentos instalados, nos termos do Distrato do Contrato de Compra e Venda de 30 de junho de 2022.

24 Outras receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Outras receitas operacionais brutas		
Receita com subvenção para custeio da aquisição de ativo imobilizado (a)	10.595	10.885
Receita com subvenção para custeio da geração de energia	-	2.303
Receita com peças recebidas em garantia	207	611
Receita com revenda de mercadorias	-	301
Receita com venda de sucatas	82	12
Outras receitas	5	-
	10.889	14.112
Deduções		
COFINS	(827)	(1.063)
PIS	(179)	(231)
ICMS	(16)	(4)
IPI	-	(3)
	(1.022)	(1.301)
	9.867	12.811

- (a) Trata-se da receita de sub-rogação da CCC, reconhecida no resultado da Companhia na mesma proporção da depreciação dos ativos imobilizados diretamente relacionados à conversão da usina para configuração SG, conforme requerido pela norma contábil CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

25 Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Despesas com pessoal	(2.832)	(2.651)
Serviços contratados	(3.547)	(1.969)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.615)	(1.578)
Outras despesas	(1.968)	(1.797)
	(9.962)	(7.995)

26 Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	5.113	3.077
SELIC s/ créditos de PIS e COFINS exclusão do ICMS da base de cálculo (a)	1.127	1.731
Variação cambial ativa	2	21
IPCA sobre reembolsos de sub-rogação CCC (b)	14.458	-
Outras	-	2
	20.700	4.831
Despesas financeiras		
Encargos financeiros sobre debêntures (c)	(8.298)	(15.719)
Juros sobre arrendamentos	(173)	(236)
Despesas bancárias	(247)	(278)
Remuneração SELIC - P&D	(142)	(104)
Variação cambial passiva	(33)	(67)
	(8.893)	(16.404)
Resultado financeiro, líquido	11.807	(11.573)

- (a) Trata-se da apropriação de SELIC sobre os créditos tributários de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (pagamento a maior), referente ao período de março de 2017 a agosto de 2021, conforme nota explicativa nº 10.
- (b) Trata-se da atualização anual pelo IPCA sobre o saldo a receber da sub-rogação da CCC, de acordo com o art. 2º da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8922/2020, conforme nota explicativa nº. 11a.
- (c) Apropriação de encargos financeiros sobre debêntures Itaú, conforme nota explicativa nº 17.

27 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos reconhecidos contabilmente no resultado dos exercícios de 2023 e 2022 estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	124.676	95.315
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	42.390	32.407
Ajustes para apuração do lucro real: adições e exclusões:		
Provisões não dedutíveis	476	313
Despesas não dedutíveis	173	59
Juros sobre arrendamento	59	80
Exclusão do JCP apropriado no PL	-	(1.409)
Reversão de provisões não dedutíveis	(272)	(603)
Incentivo PAT	(24)	(23)
Outras exclusões	(24)	(24)
	388	(1.607)
Imposto de renda e contribuição social correntes	42.778	30.800
Incentivo fiscal do imposto de renda	(21.147)	(17.043)
Imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios	21.631	13.757
Alíquota efetiva	17,35%	14,43%

28 Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como única acionista o BTG Pactual Holding Participações S.A.

Durante o exercício de 2023, a Companhia não manteve operações comerciais ou financeiras com o BTG Pactual Holding Participações S.A ou empresas a ela relacionadas. As transações ocorridas durante o exercício foram o pagamento de dividendos divulgado na nota explicativa nº 21.

Remuneração de dirigentes

A remuneração da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração, e se refere basicamente a salários e gratificações.

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para a Administração da Companhia durante o exercício de 2023 foi de R\$ 1.290 (R\$ 1.177 em 2022) referente aos diretores.

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

29 Gestão de instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue políticas de gerenciamento de risco, que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro nos fluxos de caixa.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

A Administração Companhia com base no histórico de recebimentos concluiu que não se faz necessário a constituição de provisão para perda de crédito ou perda esperada.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	58.672	18.560
Contas a receber de cliente	8	36.684	37.430
Aplicação financeira vinculada	13	14.457	16.346
		<u>109.813</u>	<u>72.336</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois seu único cliente está localizado em Manaus. O risco de crédito é mitigado pela relação contratual com seu cliente, entretanto possui concentração da carteira em um único cliente. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados como pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Exposição ao risco de liquidez

31 de dezembro de 2023	2023	Fluxo de caixa contratual total	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	1.967	1.967	1.967	-	-
Debêntures	49.367	50.838	50.838	-	-
Outras contas a pagar	4.151	4.151	4.151	-	-
Total	55.485	56.956	56.956	-	-
31 de dezembro de 2022	2022	Fluxo de caixa contratual total	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	1.891	1.891	1.891	-	-
Debêntures	113.100	119.459	69.713	49.746	-
Outras contas a pagar	3.537	3.537	3.537	-	-
Total	118.528	124.887	75.141	49.746	-

Risco de preço no fornecimento de energia

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços da energia comercializada. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia possui contrato de fornecimento firmado com seu cliente com preços fixados e cláusulas contratuais de reajustes.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2023	2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7	38.449	13.872
Aplicações financeiras vinculadas	13	14.457	16.346
Debêntures	17	49.367	113.100
		102.273	143.318

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia baseada na taxa CDI projetada para 31 de dezembro de 2024, de 9,15% a.a., realizou análise de sensibilidade dos efeitos em seus resultados, advindos de uma alta na taxa de 25% em relação ao cenário possível e 50% em relação ao cenário remoto, como também, mais dois cenários para demonstrar os efeitos inversos com a redução de 25% e 50%, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

As operações da Companhia são normalmente indexadas a taxas pós-fixadas por CDI. Sendo assim, a Administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro 2023				
	Cenário provável CDI	Cenário possível CDI (+25%)	Cenário remoto CDI (+50%)	Cenário possível CDI (-25%)	Cenário remoto CDI (-50%)
	Taxas CDI conforme cenários	9,15%	11,44%	13,73%	6,86%
Dívida líquida com juros variáveis	(23.762)	(23.762)	(23.762)	(23.762)	(23.762)
Efeito no resultado					
- Conforme taxa projetada CDI de 9,15% a.a. ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
- Conforme cenário de stress		-	-	-	-
Efeito líquido no resultado		-	-	-	-

⁽¹⁾ FONTE: Banco Bradesco

	31 de dezembro 2022				
	Cenário provável ICDI	Cenário possível CDI (+25%)	Cenário remoto CDI (+50%)	Cenário possível CDI (-25%)	Cenário remoto CDI (-50%)
	Taxas CDI conforme cenários	12,37%	15,46%	18,56%	9,28%
Dívida líquida com juros variáveis	78.194	78.194	78.194	78.194	78.194
Efeito no resultado					
- Conforme taxa projetada CDI de 12,37% a.a. ⁽¹⁾	9.673	9.673	9.673	9.673	9.673
- Conforme cenário de stress		12.089	14.513	7.256	4.840
Efeito líquido no resultado		(2.416)	(4.840)	2.417	4.833

⁽²⁾ FONTE: Banco Bradesco

Valor justo

Os valores justos dos principais ativos e passivos financeiros são apurados apenas para o propósito de divulgação, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial.

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- **Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial se equivalem ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI e SELIC. A hierarquia de valor justo é nível 2.
- **Contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).

- **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado tendo em vista características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras. Esse risco é mitigado uma vez que a Companhia possui reduzida parcela de aquisição de materiais/serviços em moeda estrangeira.

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e debêntures. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades relativas à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para manutenção do capital de giro e suprimento do seu plano de investimentos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou e não tem como política contratar instrumentos financeiros derivativos.

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 488.588 (Usina), R\$ 163.411 para lucros cessantes, R\$ 10.000 para responsabilidade civil e R\$ 30.000 para D&O (*Directors & Officers*) que abrange diretores, conselheiros e administradores.

* * *

Administração da Companhia

Marcelo Luiz de Carvalho Ribeiro
Diretor Técnico

Álcio Adler Silva Bezerra
Diretor Executivo

Francisco Evandro Costa Souza
Contador CRC-AM 009221/O-0